INTERESSADO - Conselho Estadual de Educação

ASSUSTO - Sugere-se ao Conselho Federal de Educação a alteração do texto de parágrafo único do art. 13 da Resolução CFE-nº 2/72 e dos termos da Conclusão do parecer CFE-nº... 390/73

RELATOR - Conselheiro Erasmo de Freitas Ruzzi

INDICAÇÃO CEE- nº 681/74 - Conselho Pleno - Aprov. em 5/12/74

Conforme é do conhecimento geral, o parágrafo único do artigo 13, da Resolução CFE nº 2/72, oriunda o Parecer CFE nº 45/72, declara:

"Fica assegurada a validade dos estudos concluídos, até 1.973, em cursos técnicos não constantes do catálogo anexo, mas que nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1.961, tenham tido seus currículos e duração regulamentemente aprovados pelos respectivos Conselhos de Educação".

Em reforço ao preceito acima, o Diário Oficial da União, de 25 de junho do 1.973, publicou o seguinte:

"DESPACHOS DO MINISTRO

"Processo GM-BSB nº 003.287-73

Processo CFE nº 1.825-72

Parecer CFE-nº 390-73

Nos termos e para os efeitos do artigo 14, do Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1.969, homologo o Parecer nº 390-73 do Conselho Federal de Educação, que decidiu que as escolas deverão encerrar o funcionamento dos antigos cursos de 2º ciclo, amparados pela Lei nº 4.024-61, com a diplomação da derradeira turma em 1.973, seguindo os diplomas e os históricos escolares, os modelos que vigoravam anteriormente a nova legislação".

É de se presumir- mais do que isto- é certo que, quando foi aprovada a Resolução CFE nº 2-72, a maioria dos estabelecimentos de ensino já estava com os seus cursos planejados e as matrículas feitas para o início do ano letivo, à base da legislação anterior à Lei nº 5.692, de 11-8-71.

ponto

Em abono deste/de vista acode, ainda, a circunstância de que, se o egrégio Concelho Federal de Educação aprovou o Parecer nº 45/72 e a Resolução nº 2/72 aos 27 do janeiro, a divulgação desses documentos, em caráter oficial, demorou um pouco mais e eles somente puderam ser do conhecimento público, na sua integralidade, no decorrer dos meses de fevereiro e começo de março, precisamente à época do início das aulas, organizados com fundamento na legislação anterior.

Nessas condições, é pacífico afirmar que os cursos de habilitação profissional foram iniciados, em 1.972, em sua totalidade, à base das normas calcadas na Lei nº 4.024, de 20/12/1.961.

Ademais, muitos, desses cursos, sobretudo da área secundário, exigem- quatro anos de duração, incluindo o período de estágio indispensável para o reconhecimento do competente diploma de técnico: vale dizer : iniciados em 1.972 irão terminar somente em 1.975, ao passo que os demais cursos de habilitação profissional, de três anos de duração, começados em 1.972, irão terminar neste ano de 1.974.

Creemos, ante o exposto, ser dispensável aduzir mais argumentos para ressaltar a dificuldade em que se encontram os dirigentes de escolas de segundo grau, que iniciaram seus cursos profissionais em 1.972, a luz da legislação anterior à ^{lei} 5.692-71, visto que não poderão expedir os seus diplomas ante os termos dos dispositivos legais citados na abertura desta Indicação, exceto se houver modificação do texto do parágrafo único do artigo 13, da Resolução CFE nº 2-72 e dos termos da Conclusão do Parecer CFE nº 390/73, que deu margem ao despacho ministerial também acima transcrito.

É O QUE INDICAMOS SEJA SUGERIDO POR ESTE CONSELHO AO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO E AO SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, A FIM DE NÃO CAUSAR PREJUÍZOS E DIFICULDADES PARA MILHARES DE JOVENS CONCLUÍNTES DE CURSOS PROFISSIONAIS NO FINAL DO ANO LETIVO DE 1.974 e 1.975, QUANDO TIVEREM DE REGISTRAR OS SEUS DIPLOMAS.

São Paulo, 28 de novembro de 1.974

Cons. Erasmo de Freitas Ruzzi - Relator

IV - DELIBEEAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão do Conselho Pleno, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 5 de dezembro de 1974

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente